

PROTOCOLO 01-019180/2020

PARECER Nº 016/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS
NO PROCESSO LICITATÓRIO —
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -
REGULARIDADE CONSTATADA.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 001/2020, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação em jornal de circulação e no Diário Oficial. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação competente.

Do mesmo modo, em atenção ao disposto no Decreto nº 1.644/2009 do Município de Curitiba, às fls. 41 há designação dos servidores Davidson José Moulepes para função de gestor do contrato a ser firmado com o vencedor do certame, no intuito de controlar e verificar o andamento regular da licitação e Marcus Vinicius dos Santos como seu suplente.

O Edital de Concorrência Pública nº. 001/2020 foi devidamente publicado em jornal de grande circulação do Estado, conforme comprova cópia de fls. 123, atendendo todos os requisitos do art. 21 e seus incisos, da Lei 8.666/93, principalmente no tocante a indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou o prazo legal para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que não houve comparecimento de nenhum licitante interessado, sendo assim considerou-se a licitação em questão como DESERTA, conforme observado às fls.





CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº 127
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica: A

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes no art. 38 e seus incisos da Lei em comento, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e de recurso próprio para a despesa. Inclusive, com a juntada:

- do edital e respectivos anexos,
- comprovantes das publicações, na forma do art. 21 da Lei nº 8.666/93,
- ato de designação da comissão de licitação,
- atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora,
- pareceres técnicos e jurídico emitidos sobre a licitação e
- minutas de termos de contratos.

Assim, entende essa Supervisão Jurídica que o procedimento cumpriu todas as exigências legais, devendo o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 27 de maio de 2020 .

Ricardo Costa Maguetas
OAB/PR 28.275
Assessoria Jurídica